



N/Ref. 25/15

Angra do Heroísmo, Março de 2015

**Assunto: OBRIGAÇÃO DE COMUNICAÇÃO DOS ELEMENTOS DAS FATURAS EMITIDAS À AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA (AT).**

Caro Associado,

Leva-se ao seu conhecimento, a **Portaria n.º 278/2014, de 29 de Dezembro**, que vem prorrogar a disposição transitória prevista no artigo 7.º da Portaria n.º 426-A/2012, de 28 de Dezembro, para o ano de 2015.

O artigo 7.º da Portaria n.º 426-A/2012, de 28 de Dezembro, estabeleceu um regime transitório aplicável durante o ano de 2013, tendo em vista a adaptação progressiva à regulamentação introduzida pela referida portaria, atendendo ao seu carácter inovador e à dimensão/estrutura de alguns agentes económicos obrigados ao cumprimento da obrigação de comunicação de faturas. Os efeitos do regime transitório previsto no artigo 7.º da Portaria n.º 426-A/2012, de 28 de Dezembro, foram posteriormente prorrogados através do art. 191.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2014.

Deste modo, uma vez que se mantém a necessidade de se garantir uma adaptação progressiva ao regime de comunicação dos elementos das faturas pelos sujeitos passivos, procede-se agora à extensão dos efeitos da referida disposição transitória para o ano de 2015.

Pelo exposto, no decurso do ano de 2015, os sujeitos passivos indicados no art. 2.º da Portaria n.º 426-A/2012, de 28 de Dezembro:

- a) Estão apenas obrigados ao preenchimento, no campo referente à Informação Parcial, dos elementos respeitantes à primeira e última fatura, de cada série, emitidas no período a que se refere a declaração, bem como dos elementos das faturas que contenham o NIF do adquirente;
- b) Os sujeitos passivos que pratiquem operações isentas ao abrigo do artigo 9.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA), os sujeitos passivos enquadrados no regime especial de isenção, previsto no artigo 53.º do CIVA, bem como os sujeitos passivos enquadrados no regime previsto no artigo 60º do CIVA, que não tenham emitido mais de 10 faturas, com o NIF do adquirente, no mês a que



respeita a declaração, podem entregar, presencialmente ou através de remessa por correio registado, o modelo oficial da declaração em papel, devidamente preenchido, em qualquer Serviço de Finanças ou outra entidade com quem a AT celebre protocolo para o efeito, não lhes sendo aplicável a parte final do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto - Lei n.º 198/2012, de 24 de agosto;

- c) A declaração a que se refere o número anterior é recolhida para o sistema informático da AT.

A presente portaria, que segue em anexo, junto com a Portaria n.º 426-A/2012, de 28 de Dezembro, não dispensa a sua leitura e poderá ser também consultada no site desta Câmara do Comércio, através do link: <http://www.ccah.eu/ficheiros/legislacao/1425990355.pdf>

Com os melhores cumprimentos,

A Direção.